

# JC COMUNICAÇÃO

Rua Vereador Edmundo Genuíno Oliveira, 2987 – Salas 101 e 102

Bairro São Cristóvão – Teresina-Piauí Cep. 64.056-030

CNPJ nº. 07.961.379/0001-45 – Telefone (86) 3232-1078

---

**R E C I B O R\$ 4.000,00**

Recebi do Deputado Federal Júlio César de Carvalho Lima a importância de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), referente a divulgação da atividade parlamentar no Portal GP1 ([www.gp1.com.br](http://www.gp1.com.br)) no período de 01 a 31 de maio de 2015, conforme NF 607.

Teresina, 15 de junho de 2015.

JC COMUNICAÇÃO

  
Evânia Leão  
Gerente Comercial



07/05/2015 - 07h42

Audiência

## **Ministro pede prioridade para comércio exterior em comissão presidida pelo deputado Júlio César**

**Antonio Monteiro defendeu uma política de comércio exterior mais forte para integrar o Brasil a novas rodas de negociação no mundo.**

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, participou nesta quarta-feira (06), de uma audiência realizada na Câmara dos Deputados pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. A comissão é presidida pelo deputado piauiense Júlio César.

Monteiro defendeu uma política de comércio exterior mais forte para integrar o Brasil a novas rodas de negociação no mundo. "Precisamos melhorar as condições de acesso ao mercado, de uma política comercial mais ativa e pragmática", afirmou. Segundo o ministro a pasta lançará ainda neste mês um plano nacional de exportação e o assunto deve ser encarado como prioridade.

Imagem: Divulgação



Em comissão presidida por piauiense ministro pede prioridade para comércio exterior

As exportações podem se constituir em uma alternativa importante para manter o nível de

atividade das empresas no País. O Brasil possui o 7º PIB [Produto Interno Bruto] do mundo e é apenas o 25º país exportador com somente 1,2% do comércio internacional

Júlio César (PSD-PI) disse que o Brasil tem uma política industrial em declínio por causa das altas taxas de juros e que o resultado disso é a diminuição das exportações e o aumento do desemprego. "A indústria vem perdendo participação na economia brasileira e diminuiu sua participação no PIB, nosso país vive o momento de maior instabilidade dos últimos anos, estamos todos preocupados e não vejo com tanto otimismo como o ministro a política de ajuste fiscal do governo".

Imagem: Divulgação



Ministro Armando Monteiro Neto e deputado Júlio César

O ministro ainda pediu o apoio dos parlamentares às medidas provisórias que tratam do assunto e tramitam no Congresso Nacional, de acordo com ele, as medidas são necessárias para recolocar o Brasil na rota de crescimento. "Sem o ajuste fiscal e sem o reequilíbrio macroeconômico, teremos muitas dificuldades para relançar a economia brasileira e garantir a retomada dos investimentos", finalizou.

**Curta a página do GP1 no facebook: [www.facebook.com/PortalGP1](http://www.facebook.com/PortalGP1)**

**Fonte:** Ascom

07/05/2015 - 16h51 - Atualizada em 07/05/2015 - 17h05

Deputado federal

## **Júlio César propõe criação de fundo para investimento em segurança pública nos estados**

**De acordo com o deputado piauiense a distribuição dos recursos entre os Estados seria regulada em lei complementar.**

Durante a sessão de debates da comissão geral com ministros de estado, na Câmara dos Deputados, nesta quinta-feira em Brasília, o deputado Júlio César (PSD-PI) propôs ao ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, a criação de um fundo constitucional da segurança pública que reserva 2% da arrecadação do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda para investimentos em segurança pública.

Imagem: Reprodução



Júlio César

De acordo com o deputado piauiense a distribuição dos recursos entre os Estados seria regulada em lei complementar e obedeceria ao critério de proporcionalidade idêntico ao do Fundo de Participação dos Estados. “Estamos discutindo sobre um sistema praticamente falido e o ministro sabe das dificuldades que enfrenta para aparelhar e cuidar do sistema. Proponho a criação desse fundo constitucional que vai promover a redistribuição dos recursos

arrecadados em nível federal”, disse Júlio César.

Imagem: Divulgação



Ministro José Eduardo Cardoso

O ministro José Eduardo Cardoso, explicou para os parlamentares que nem a União nem os estados têm verba para a segurança pública e concordou que as receitas devem ser melhor repartidas. “É preciso novas receitas para o financiamento da pasta, da forma como está não conseguimos solucionar os problemas de segurança pública do Brasil, não é só uma questão policial temos de tratar da questão dentro de um efetivo combate às causas da criminalidade, que incluem a exclusão social, o preconceito, a impunidade”.

**Curta a página do GP1 no facebook: [www.facebook.com/PortalGP1](http://www.facebook.com/PortalGP1)**

---

Copyright GP1. Todos os direitos reservados.

10/05/2015 - 18h55 - Atualizada em 10/05/2015 - 19h08

Proposta

## **Proposta do deputado Júlio César pode destinar R\$ 300 milhões para o Piauí investir em segurança**

"Com este fundo teríamos recursos para equipar, modernizar, comprar armamento, melhorar o salário dos policiais e, com isso, reduzir os índices de criminalidade", disse o parlamentar.

Se a proposta de emenda à Constituição for aprovada para a criação do fundo constitucional para segurança pública, do deputado federal Júlio César Lima, o Piauí terá ainda este ano R\$ 300 milhões para investir em equipamentos, armamento, e melhoria de salários dos policiais para reduzir os índices de criminalidade.

Imagem: Divulgação



Deputado Júlio César

Pelos cálculos do deputado, se descontar 2% da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza, sobre produtos industrializados (IPI) para aplicação em segurança nos estados, o país teria ainda neste ano de 2015 o equivalente a R\$ 7 bilhões para dividir entre os estados, pelo critério utilizado no Fundo de Participação.

“Um dos problemas mais visíveis na área de segurança pública é a falta de recursos para combater o crime. A disparidade nos níveis de arrecadação da União em relação aos estados é muito grande. Por isso, a União deveria promover a redistribuição dos recursos arrecadados em nível federal”, argumentou o deputado Júlio César.

Ele alegou que o Distrito Federal tem mais recursos do que os outros estados, porque as corporações são mantidas pela União, em detrimento de outros entes federados.

Na proposição do fundo de segurança, o parlamentar pede a destinação de 2% do que é arrecadado com o Imposto de Renda e sobre o IPI para destinar ao fundo. A distribuição dos recursos ainda serão reguladas por Lei Complementar, obedecendo o critério da proporcionalidade igual ao FPE.

“Com este fundo teríamos recursos para equipar, modernizar, comprar armamento, melhorar o salário dos policiais e, com isso, reduzir os índices de criminalidade. Se a proposta vigorar ainda para este ano, o Piauí teria R\$ 300 milhões por ano para investir em segurança, de um total de R\$ 7 bilhões por ano para todo o Brasil”, finalizou Júlio César, justificando a necessidade de ter mais recursos para segurança pública.

A PEC para a instituição do fundo constitucional para segurança pública está tramitando no Congresso Nacional.

**Curta a página do GP1 no facebook: [www.facebook.com/PortalGP1](http://www.facebook.com/PortalGP1)**

---

Copyright GP1. Todos os direitos reservados.